

ARTIGO

3 *A economia latino-americana em 1999, por José Antonio Ocampo*

ARTIGO

4 *O déficit comercial norte-americano nos anos 90, por Lia Valls Pereira*

ARTIGO

6 *Privatização e dissolução da Rede Ferroviária Nacional, por Ceci Vieira Juruá*

ARTIGO

8 *Modelagem do comportamento dos atores no mercado elétrico brasileiro, por João Lizardo R. H. de Araújo e Patrícia Zendron*

ARTIGO

14 *Provão: discutindo os resultados, por Luiz Carlos Delorme Prado*

LANÇAMENTO:

**CORECON-RJ LANÇA
CD-ROM DOS
CONGRESSOS**

PÁG. 20

Balanço de 1999 e **perspectivas** para o ano 2000

O *Jornal dos Economistas* publica nesta edição três textos sobre esse tema. José Luiz Pagnussat vê grandes possibilidades para a retomada do crescimento. Adhemar dos Santos Mineiro considera que os grandes obstáculos ao desenvolvimento não foram removidos. E João Pedro Stédile diz que o processo de reforma agrária permanece na pauta do governo apenas como propaganda.

páginas 10 a 12



JORNAL DOS ECONOMISTAS

**ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ**

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

**SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rua Treze de Maio, 23 – Grupo 1607 / 1608 / 1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tel: (21) 262-2535 – Fax: (21) 533-7891 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

**IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tels: (21) 224-0578 e 509-1077 – Fax: (21) 221-0958 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

O ano de 2000 se inicia colocando em evidência o tema do desenvolvimento e lançando o desafio, não somente aos economistas, da discussão de uma estratégia de longo prazo para o País.

O desafio coloca em debate as análises e políticas econômicas de cunho neoliberal que ignoraram sistematicamente as perspectivas de longo prazo. O resultado do último Congresso Brasileiro e Latino Americano de Economistas, organizado pelo Conselho Federal de Economia, a Associação de Economistas da América Latina e o Caribe, e as entidades dos economistas do Rio de Janeiro, em setembro de 1999, surge como um rebatimento e mais um alerta àqueles que se orientam pelos fundamentos do chamado “Consenso de Washing-

ton” – que hoje mesmo instituições como o FMI relêem criticamente.

A matriz ideológica se evidencia na proposta de irrestrita abertura às importações e ao capital financeiro internacional, complementada pela defesa do mercado como regulador único das atividades econômicas. “Desregulamentada, privatizada e aberta a economia, basta o Estado cruzar os braços para que o desenvolvimento siga. Segundo estes pressupostos não há portanto lugar para uma política de desenvolvimento” (como nos alerta o Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães em seu mais recente livro *Estratégia de Longo Prazo para o Brasil*, editado pela Papel Virtual Editora, este ano).

O fracasso da última rodada do milênio estreitou os espaços da política neoliberal e tornou um pou-

co mais incerta a tão propagada iniciativa global de liberalização ao esbarrar nos “protecionismos” dos países desenvolvidos e na fúria pela ampliação do acesso a novos mercados. A legitimidade do sistema está em crise, o que necessariamente terá reflexo na condução da política econômica do país.

Nestes tempos é necessário preencher o vazio e redefinir estratégias de longo prazo como opção aos pressupostos neoliberais. A política de “braços cruzados” que legou ao País elevadas taxas de desigualdade social não deve configurar a tendência daqueles que, de forma crítica, se preocupam em ter uma visão mais completa do papel central do Estado nas definições estratégicas e de recolocar a economia do País no eixo do desenvolvimento.

MENSAGEM

"No Primeiro dia do Ano não importa, haja chuva ou sol ou vento,
em nossos corações faz sempre bom tempo!"

Feliz Ano Novo

Mario Quintana

CAPA/ARTE

Roberto Burle Marx, paisagista brasileiro nascido em São Paulo em 1909). É considerado o maior paisagista contemporâneo. Em 1933 consegue realizar seu primeiro jardim, para complementar uma residência projetada pelo arquiteto Lúcio Costa. A partir daí, desenvolve atividade múltipla, como pintor e paisagista, realizando jardins em Recife e expondo no Salão Oficial de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde obtém medalha de ouro. Em 1937, projeta o jardim do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, colaborando mais tarde com Oscar Niemeyer no conjunto de Pampulha, em Minas Gerais (1942), e complementando o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Nesse período numerosos jardins particulares são criados por ele, com grande destaque e repercussão. O trabalho de Burle Marx pode ser visto em vários países da América Latina e da Europa. Em 1957, alguns de seus trabalhos em exposição pela Europa são enviados a Paris, onde recebe o prêmio Floralie, maior láurea no seu campo de atividade.

Profundo conhecedor da técnica que exerceu, ele considerava o jardim não apenas uma ordenação do elemento vegetação, mas a decantação dos elementos naturais (plantas, águas, pedras, topografia) organizados e harmonizados por suas formas, texturas, cores e volumes, numa composição abstrato-geométrica.

Seu espírito de naturalista o levou à revelação e valorização da flora genuína brasileira, atitude cujos precedentes são encontrados nas obras de Glaziou (Campo de Santana e Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro) e Trindalle (Parque Lage, também no Rio). Em 1970, recebeu o troféu Golfinho de Ouro, do Museu da Imagem e do Som.

Na capa, reproduzimos a obra *Juruparuna*, litografia com área impressa de 46,3 x 64,9 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Diaz.

ARTIGO

por José Antonio Ocampo

A economia latino-americana em 1999

Em 1999, as economias latino-americanas e caribenhas viveram sob o peso de dinâmicas externas contraditórias e majoritariamente adversas. No lado positivo, a economia norte-americana seguiu expandindo-se a taxas elevadas, a Ásia recuperou-se com rapidez e o investimento estrangeiro direto para a região continua experimentando um auge sem precedentes. Pelo lado negativo, a incerteza financeira internacional permaneceu, gerando um financiamento escasso, irregular, custoso e com prazos menores. Como resultado, na década de 1990 a transferência líquida de recursos para o exterior tornou-se negativa pela primeira vez. Ou seja, os pagamentos ao exterior por conta de juros e lucros das empresas estrangeiras superaram as entradas de capital.

Dois fatores comerciais adversos também afetaram a região. Em primeiro lugar, com exceção do petróleo, os preços das matérias-primas estiveram deprimidos. Em segundo lugar, o comércio intra-regional diminuiu em pelo menos 1/4, especialmente dentro dos blocos sul-americanos (Mercosul e Comunidade Andina), embora o compromisso com a integração regional tenha permanecido inalterado. Por causa desses efeitos, o valor das exportações da região diminuiu 2% (excluindo-se o México), apesar dos ajustes cambiais.

O efeito líquido desses fatores foi negativo, especialmente na América do Sul. Como um todo, a Cepal estima que a economia latino-americana e do Caribe teve um crescimento nulo em 1999. Esse comportamento

global resume o resultado conjunto de uma clara recessão na América do Sul, um crescimento moderado no México e entre moderado e rápido nas várias economias menores da América Central e do Caribe. Na América do Sul, pesaram mais os choques adversos. Quatro países experimentaram quedas superiores a 3% (Argentina, Colômbia, Equador e Venezuela) e outros três, contrações moderadas (Chile, Paraguai e Uruguai). Brasil teve um crescimento muito baixo, pelo segundo ano consecutivo. Deste panorama sul-americano somente escaparam Peru e

Como ponto positivo, e apesar da magnitude do choque externo, a redução da inflação foi consolidada na maior parte da região, com avanços significativos em vários países. Pelo terceiro ano consecutivo, a inflação no continente rondou os 10%, o menor nível em meio século. A crise, porém, afetou de forma severa o mercado de trabalho; o emprego diminuiu e tornou-se mais informal. A taxa média de desemprego aberto aumentou de 8,0% para 8,7%. Estas tendências dão continuidade a uma década que tem sido muito débil em matéria de geração de emprego.

ganhar credibilidade macroeconômica depois de um período histórico de grande instabilidade (caso da Argentina) ou em centros financeiros internacionais (caso do Panamá), mas deixa pouca margem de ação às autoridades locais em épocas de crises. Uma lição adicional é a de que os booms creditícios em épocas de abundância são custosos no longo prazo, quando chega a crise e fica evidente o excesso de riscos assumidos pelos agentes econômicos. Pelo menos sete países vêm experimentando crise em seus sistemas financeiros nacionais, com diversos graus de severidade.

Afortunadamente, esse panorama desalentador começou a ficar para trás. A economia dos Estados Unidos segue crescendo em ritmos rápidos, a economia mundial está em recuperação, os preços das matérias-primas aumentaram e os fluxos financeiros tenderam a normalizar-se nos últimos meses. Por isso, a Cepal projeta um crescimento de 3,6% para 2000. Isto indica que a década 1991-2000 se completará com um crescimento médio de 3,2% ao ano, positivo mas ainda muito inferior ao que experimentaram as economias da região durante as três décadas anteriores à crise da dívida (5,5% ao ano). Há poucas exceções a essa regra, a mais notável das quais é o Chile. Muito nos falta, ademais, para aprender como gerenciar a instabilidade financeira que caracteriza o mundo de hoje.

José Antonio Ocampo é secretário-executivo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Tradução não revista pelo autor.

A Cepal projeta um crescimento médio de 3,6% para o continente no ano 2000. Terminaremos a década com um crescimento médio de 3,2% ao ano, muito inferior ao que experimentaram as economias da região durante as três décadas anteriores à crise da dívida.

Bolívia, que cresceram, embora a taxas baixas. Na parte norte da região, o impulso norte-americano predominou, por intermédio de exportações maiores feitas pelos setores de "maquiagem", por outros setores industriais e pelo turismo. México foi a economia mais dinâmica entre as de maior tamanho da região, com 3,5% de crescimento. Os resultados mais positivos foram obtidos em quatro economias menores: Costa Rica, Nicarágua, República Dominicana e Trinidad e Tobago, que cresceram mais de 6%. Cuba também teve uma recuperação forte, com um crescimento de 6%.

A crise deixou também lições de política econômica. A mais importante de todas é que a defesa da taxa de câmbio através de uma política monetária restritiva e, conseqüentemente, de taxas de juros elevadas, resulta muito custosa em termos da atividade econômica e do emprego. Não é em vão que vários países, especialmente sul-americanos, moveram-se na direção de maior flexibilidade cambial e, até recentemente, nenhum na direção da conversibilidade e da dolarização, apesar de uma intensa campanha em favor desta alternativa. Este regime cambial pode ter virtudes em países que precisam

ERRATA

No JE nº 127, outubro 99, no último parágrafo da matéria "Reforçando a Integração do Brasil com a América Latina", onde se lê:

"A esperança é que, nos três anos de gestão, até o próximo Congresso Latino-Americano, previsto para São José (Costa Rica) em 2002, a nova direção da Aealc possa contribuir para fazer a entidade avançar no sentido de atender as preocupações e tarefas sinalizadas pelos economistas latino-americanos e caribenhos que estiveram presentes no Rio de Janeiro em setembro."

LEIA-SE:

"A esperança é que, nos três anos de gestão, até o próximo Congresso Latino-Americano, previsto para se realizar em São José (Costa Rica), Havana (Cuba) ou Cidade do México (México) em 2002, a nova direção da Aealc possa contribuir para fazer a entidade avançar no sentido de atender as preocupações e tarefas sinalizadas pelos economistas latino-americanos e caribenhos que estiveram presentes no Rio de Janeiro em setembro."

O déficit comercial norte-americano nos anos 90

As transações correntes do balanço de pagamentos dos Estados Unidos registraram um déficit de US\$ 239,51 bilhões no acumulado até o mês de setembro de 1999. No mesmo período do ano anterior esse déficit atingira US\$ 158,89 bilhões. A piora no resultado é atribuída basicamente ao aumento no déficit da balança comercial, que passou de US\$ 183,35 bilhões (janeiro-setembro de 1998) para US\$ 250,76 bilhões (janeiro-setembro de 1999).

A balança comercial dos Estados Unidos registrou grandes déficits na maior parte da década de 1980. Entre 1980 e 1987, esse déficit aumentou de US\$ 25,51 bilhões para US\$ 159,24 bilhões. Mesmo com superávit na balança de serviços, um resultado comercial tão negativo elevou o déficit em conta-corrente para 3,5% do PIB em 1987. Desde então, o déficit comercial declinou até 1991, quando atingiu US\$ 72,82 bilhões, aparecendo um saldo positivo de US\$ 4,29 bilhões nas transações correntes. Os resultados apresentados acima mostram que uma nova etapa de aumentos no déficit comercial se inicia.

A deterioração da balança comercial norte-americana na década de 1980 foi interpretada basicamente de duas formas. A primeira ressaltava a opção econômica do governo Reagan, que combinou uma política monetária restritiva e uma política fiscal expansionista. O resultado foi uma alta na taxa de juros e a valorização do dólar, com menos exportações e mais importações. No período 1980-85, em média, as exportações tiveram crescimento negativo de 0,76% ao ano, enquanto as importações aumentaram em 6,24%. A melhora da balança exigia equilíbrio fiscal (ver "Relação entre o saldo em conta-corrente e o déficit do governo").

Uma segunda interpretação propunha que a balança comercial piorou por causa, basicamente, da perda de competitividade da indústria norte-americana e da existência de

relações comerciais não equitativas. Os parceiros estrangeiros estariam dificultando a entrada de produtos dos Estados Unidos e lançando mão de políticas de incentivo aos setores que desejavam estimular. Nesse período, proliferaram nos Estados Unidos medidas de proteção, como, entre outras, a imposição de direitos compensatórios e acordos voluntários de restrição às exportações. Vários analistas defendiam a necessidade de uma ativa política industrial nos Estados Unidos. A "síndrome da ameaça japonesa" dominou parte desse debate.

A história recente sugere que a primeira interpretação era a mais correta. Na década de 1990, se observarmos apenas os grandes agregados macroeconômicos, os Estados Unidos se tornaram um "oásis de prosperidade". Na média, entre 1993 e 1999, a

isso, um dos fatores principais é o aumento de produtividade. Diversas análises apontam que ainda não se observa um aumento generalizado da produtividade total da economia americana. Crescem a produção e o uso de bens associados à indústria de informática, mas ainda não são nítidos seus efeitos sobre a produtividade geral. Portanto, apenas parte do ciclo expansivo pode ser atribuído a um aumento de produtividade. É preciso estar atento para o surgimento de pressões inflacionárias associadas a uma demanda em expansão.

E o déficit comercial? Entre 1990 e 1998, as vendas externas aumentaram em 6,6% e as compras em 7,6%. A comparação dos períodos de janeiro a setembro de 1998 e de 1999 mostra que as exportações cresceram 0,8% e as importações, 10,6%, causando um aumento do déficit, primor-

deficits crescentes não são sustentáveis ao longo do tempo. Mesmo que a credibilidade da economia americana leve os investidores a minimizar o grau de risco normalmente associado a um déficit crescente, em algum momento as expectativas de uma desvalorização tendem a se consolidar. Se a esse quadro se acresce o receio de que a taxa de inflação aumente, o resultado é que as políticas fiscal e monetária tendem a ser manejadas de modo a reduzir o nível da atividade econômica. O aumento dos juros aparece como a opção mais viável no curto prazo, até mesmo porque essa decisão, ao contrário da maior parte das medidas de natureza fiscal, não depende de consultas ao Congresso.

Não se sabe até que ponto a elevação dos juros e a queda no ritmo de crescimento econômico poderão ajudar a melhorar os resultados da balança comercial. Tudo dependerá, em grande medida, da magnitude da valorização do dólar. Até meados de setembro de 1999, o governo norte-americano previa um crescimento de 3,9% nesse ano e de 2,4% em 2000. Dependendo da valorização do dólar, entretanto, parte do efeito-renda sobre as importações é anulado. Além disso, uma valorização acentuada do dólar prejudicará os exportadores norte-americanos, em um momento em que a recuperação do Japão e o maior crescimento da Europa devem resultar em um aquecimento da demanda mundial. Se se confirmar um cenário de menor crescimento e de déficits comerciais elevados nos Estados Unidos, o discurso protecionista poderá ganhar mais força.

Numa perspectiva de longo prazo, duas questões permeiam o debate sobre os déficits comerciais norte-americanos. A primeira se refere à baixa taxa de poupança americana, comparada com as outras grandes economias presentes no comércio mundial, o Japão e a Alemanha; o desequilíbrio estrutural, assim cria-

Mesmo quando o resto do mundo experimenta taxas de crescimento superiores à dos Estados Unidos, os déficits comerciais deste país tendem a crescer. E sua taxa de poupança permanece baixa, quando comparada às do Japão e da Alemanha.

taxa de crescimento deverá situar-se em 3,4% ao ano, a taxa de inflação não superará os 2%, a taxa de desemprego permanece no nível considerado natural e o governo apresenta superávit fiscal, o que tem permitido reduzir a dívida líquida pública, que está em torno de 42% do PIB.

Alguns indicadores, entretanto, apontam que esse ciclo expansivo contém fragilidades. Certos analistas, por exemplo, receiam uma possível crise no mercado de ações, pois a especulação teria produzido uma supervalorização dos ativos das empresas. Seja como for, há controvérsias sobre a natureza desse ciclo expansivo. Um aumento sustentado na taxa de crescimento de um país, sem que apareçam pressões inflacionárias, supõe que a capacidade produtiva do país esteja crescendo. Para

dialmente associado ao crescimento econômico. Entre os seus dez principais parceiros comerciais, classificados segundo a participação na corrente de comércio (exportações mais importações), os Estados Unidos obtêm superávit, mesmo assim pequeno, apenas com o Reino Unido.¹

A própria expansão econômica contribui para tornar mais atrativos os ativos norte-americanos, pressionando no sentido de uma valorização do dólar, mesmo na presença de taxas de juros relativamente mais baixas que as da década de 1980. Por outro lado, o superávit fiscal e as elevadas taxas de investimento fixo – cerca de 12% ao ano – indicam que uma das causas do déficit em conta-corrente é o baixo nível de poupança privada nos Estados Unidos.

Baixas taxas de poupança e

ARTIGO

do, produz déficits persistentes nos Estados Unidos e superávits nos dois outros parceiros. A segunda é a constatação de que, mesmo em períodos em que o resto do mundo apresenta taxas de crescimento superiores à dos Estados Unidos, os déficits comerciais deste país tendem a crescer. Os dados de 1999 mostram uma redução significativa nos setores superavitários, mesmo quando se observam os produtos de alta tecnologia.

Para que os déficits comerciais crescentes dos Estados Unidos não tivessem impacto significativo em termos de deterioração no saldo em conta-corrente seria necessário que eles fossem compensados por uma também crescente exportação de serviços, que depende, pelo menos em parte, da liberalização desse setor e do aumento da renda dos países em desenvolvimento, conforme foi sugerido por Mann (1999).

Do ponto de vista do equilíbrio

externo, trata-se de uma hipótese razoável. Mas é preciso esperar para ver até que ponto os setores da economia americana que sofrem a competição de produtos estrangeiros aceitarão conviver pacificamente com esse cenário. A recente tentativa de iniciar uma nova rodada de negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio mostrou que os sentimentos protecionistas estão em alta nos Estados Unidos.

Lia Valls Pereira é professora da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ e economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Bibliografia

1. Manh, Catherine L., 1999. "On the Causes of the US Current Account Deficit". Depoimento para a *Trade Deficit Review Commission*. Disponível na internet em <http://www.iie.com/TESTMONY/currenta.htm>.
2. IMF Economic Forum, setembro de 1999. "The US Economy: Where Will It Go From Here?" Disponível na internet em <http://www.imf.org/external/np/tr/1999/TR990917.htm>.

RELAÇÃO ENTRE O SALDO EM CONTA-CORRENTE E O DÉFICIT DO GOVERNO

Uma identidade básica das Contas Nacionais de um país é:

Investimento bruto = poupança privada + poupança do governo + poupança externa.

Poupança do governo = receitas do governo - despesas do governo

Poupança externa = saldo em transações correntes do balanço de pagamentos (ou seja, balança comercial + balança de serviços + transferências unilaterais), com o sinal invertido.

Logo, podemos escrever que:

Saldo em conta-corrente = (poupança privada - investimento bruto) + poupança do governo.

Na década de 1980, o saldo negativo da conta-corrente estava associado principalmente a uma poupança negativa do governo americano. Assim, um equilíbrio fiscal, resultando em fluxos de investimento e poupança relativamente equilibrados, permitiriam reduzir o déficit em conta-corrente. Na década de 1990, consegue-se superávit fiscal (poupança do governo positiva), mas, a partir de 1994-95, aumenta substancialmente a diferença entre a poupança privada e o investimento, em favor desse último.

Singapura, que é o 10º principal parceiro, explica cerca de 2% da corrente de comércio dos Estados Unidos. O Brasil aparece com 1,4%.

The CyberEconomist

Algumas palavras sobre Economia da Internet

www.cybereconomist.ecn.br

Quer saber quais os benefícios possíveis por trás do uso comercial da Internet?

Cansou de tentar entender os discursos inflamados de informatas e profissionais de marketing? Compreendeu que esses especialistas não poderão ajudá-lo a definir bons planejamentos estratégicos no que diz respeito à obtenção de vantagens competitivas baseadas na rede?

Seja bem-vindo a **The CyberEconomist**

Descubra o novíssimo mundo em www.cybereconomist.ecn.br

Privatização e dissolução da Rede Ferroviária Nacional

Por resolução da presidência do BNDES, foi aprovada a dissolução da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em 12 de novembro último, encerrando assim um período de transição iniciado com sua inclusão Programa Nacional de Desestatização (PND). Ao mesmo tempo, encontra-se no Congresso proposta de criação da Agência Nacional de Transportes (ANT), órgão não governamental, independente, que passará a responder pela supervisão da infra-estrutura viária concedida, na qual se incluem as malhas ferroviárias.

Mais do que o final de um período de transição, a extinção da RFFSA é um marco vitorioso na proposta de acabar com a chamada Era Vargas, durante a qual foram nacionalizadas as principais malhas ferroviárias, em continuação à obra pioneira de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Este último, ao encampar o sistema ferroviário gaúcho, deu o primeiro passo para descolonizar a infra-estrutura econômica brasileira no fim da década de 1910.

Recebida com surpresa nos meios técnicos e entre seus empregados, a extinção da RFFSA merece uma reflexão sobre o encadeamento dos fatos que se sucederam desde o início do PND até a resolução do BNDES de novembro último. E pode também suscitar um esforço para se entender melhor a lógica de atuação do Estado no seguimento da infra-estrutura viária.

A LÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO FERROVIÁRIA

No discurso das agências internacionais de financiamento, destacava-se uma dupla *rationale*: a ineficiência dos critérios governamentais de seleção dos investimentos em relação às prioridades efetivas de desenvolvimento ferroviário, e a deterioração inevitável dos serviços que se seguiria à obsolescência de uma rede ferroviária confrontada com a falta abso-

luta de recursos financeiros. Em outras palavras: a salvação da malha ferroviária dependia de recursos privados, e a condição para obtê-los era a privatização do sistema.

Complementando esse discurso ideológico - que obteve o apoio da maioria do empresariado, das classes médias e do povo em geral - colocaram-se a "mão invisível" do mercado e o "punho oculto" da potência hegemônica. Juntos, eles teceram o destino da privatização, em moldes conformes aos desejos mais profundos do grande capital.

Para entender o sentido maior da privatização ferroviária, é necessário ir além do discurso e sinalizar para a sucessão de fatos e atores, isto é, para a estratégia desenvolvida de forma

Ernst & Young Consultores), e o auditor externo Coopers & Librand, Biedermann, Bordasch Auditores Independentes (com a missão de "verificar e atestar a lisura e a observância da regras contidas no edital e de acompanhar o processo").

Desse tecido complexo de atores resultou um contrato de concessão com cláusulas extremamente discutíveis do ponto de vista da eficiência dos mercados e da soberania nacional, e um sistema ferroviário cujo controle passa necessariamente pelo controle acionário da CSN e da CVRD. No contrato de concessão, e tendo em vista o tema central desse artigo, é curioso observar que a expressão "concedente" é utilizada para substituir o termo "poder conce-

nas com a finalidade de gestão "técnica" do processo de privatização?

(b) O Congresso e a sociedade brasileira, ao aprovar o PND, foram informados do caminho que o processo de desestatização iria trilhar, e sobretudo estavam eles conscientes de que o desfecho final da privatização seria a ausência de participação governamental e legislativa até na supervisão e fiscalização dos serviços públicos transferidos para a órbita do capital financeiro? Ou se tratou de um processo opaco, verdadeiro pacto oligárquico que se revelaria traidor da confiança e da esperança da Nação?

A LÓGICA DO ESTADO

Contrariamente às teses majoritárias que prevalecem entre marxistas e keynesianos, os regulacionistas franceses analisam o Estado como uma relação social de poder estruturadora de uma ordem política autônoma, cujo funcionamento depende de limites internos e externos. Nessa óptica, a relação Estado-ordem econômica é ambígua e contraditória, tendo em vista as lógicas heterogêneas das duas ordens sociais (a econômica, voltada para a acumulação de riqueza, e a política, voltada para a acumulação de poder).

Os conflitos e tensões que decorrem daquela relação contraditória podem ser minimizados e superados pela atuação de instituições mediadoras. Em estudos anteriores sugerimos que, de 1850 a 1938-1942, o sistema de concessão de serviços ferroviários com garantia de juros foi a instituição mediadora responsável por articular os interesses do capital (lucros e riqueza) e do Estado (gestão do território e do povo), articulação sobre a qual se desenvolveu um ciclo virtuoso de expansão ferroviária. A partir do Estado Novo, foi o sistema de planejamento com recursos vinculados (ou metamorfose fiscal do capital) a principal instituição mediadora das relações Estado-economia em matéria de infra-estrutura

"É provável que, daqui por diante, os principais eixos de transportes do país sejam direcionados para consolidar o poder econômico e político dos grupos financeiros estrangeiros em território brasileiro. Há um cheiro de República Velha no ar."

organizada. O início foi dado pela privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Usiminas e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), processo que permitiu associar grupos nacionais a bancos estrangeiros e nacionais e aos fundos estatais de previdência (como Previ, Valia e Refer). O passo seguinte foi dado pelas recém-privatizadas CSN, Usiminas e CVRD, que assumiram o controle das malhas ferroviárias regionais, em associação com grupos financeiros nacionais e estrangeiros e com os mesmos fundos estatais de previdência. Na coordenação de todo o processo, iniciado com a Medida Provisória 155 e com a Lei 8.031, de 1990, esteve o BNDES, órgão gestor do PND, os consórcios que funcionaram como consultores da privatização, liderados por duas empresas (Deloitte Touche Tohmatsu Consultores e

dente" (no caso, a União), sem que houvesse uma explicação plausível para isto quando foi elaborado o contrato, em 1992.

Somente agora, com a resolução do BNDES extinguindo a RFFSA, é que podemos entender a supressão de uma referência a "poder concedente" no contrato de concessão ferroviária. Como a RFFSA era a "concedente" da concessão, dissolver a RFFSA ao mesmo tempo em que se cria a ANT significa atribuir a esta Agência o papel de "concedente" nos contratos ferroviários.

Daqui por diante só temos indagações.

(a) É legítimo, é moral, é ético, extinguir, por resolução do presidente de um banco, uma empresa criada por lei, "órgão concedente do sistema ferroviário nacional", cujo controle foi transferido ao BNDES ape-

ARTIGO

econômica. Com base nesse sistema, tivemos um ciclo virtuoso de desenvolvimento do transporte rodoviário, encerrado formalmente com a extinção dos impostos únicos na Constituição de 1988.

No final do século XIX, a crise da dívida externa e o esgotamento financeiro do Estado impuseram um ajuste técnico ao sistema de concessão ferroviária (e de outros serviços públicos), com garantia de juros (ajuste que consistiu no arrendamento dos ativos públicos ferroviários, após "resgate", e em novos subsídios destinados aos investimentos de infraestrutura). Na virada da década de 1980 para a de 1990 uma outra crise da dívida externa, associada mais uma vez ao esgotamento financeiro do Estado, impôs um ajuste técnico ao sistema de planejamento da infraestrutura com recursos vinculados, principal instituição mediadora en-

tre os interesses do capital e do Estado, em matéria de infra-estrutura econômica. Outra coincidência histórica é que o ajuste técnico introduzido no final de século XX implicou também a transferência de ativos públicos para a órbita privada, em movimento que, mais uma vez, reforçou o poder de decisão do capital financeiro internacional sobre a infra-estrutura econômica do Brasil.

Nessa situação, de nada serve brandir o argumento das falhas de mercado e da oligopolização em curso para defender novos métodos de regulação governamental. A batalha foi perdida em 1988, quando foram extintos os impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis, sobre energia elétrica e sobre telecomunicações, que constituíam a base financeira real do Estado desenvolvimentista. Sem uma instituição capaz de mediar as lógicas contraditórias do

Estado e do capital, a infra-estrutura passou a ser regida apenas pela lógica do capital e, como seria de esperar em uma economia dependente e periférica, pela lógica do capital financeiro internacional. É provável que, daqui por diante, os principais eixos de transportes do país sejam direcionados para consolidar o poder econômico e político dos grupos financeiros estrangeiros em território brasileiro.

Há no ar um cheiro de República Velha... A ANT poderá ser uma simples marionete movimentada por lobistas tradicionais! Mais algumas décadas poderão decorrer, até que - na melhor das hipóteses! - sejamos incentivados a resgatar ativos sucateados e um solo exaurido. Sendo pessimistas, podemos prever o desmembramento de parcelas do território brasileiro, com a perda da Amazônia. Se revolucionários, volunta-

ristas, ou meros resistentes em defesa do Brasil e do povo brasileiro, é hora de pensar em desprivatizar o Estado e em re-nacionalizá-lo. Um passo inicial seria dado pela rejeição do projeto de lei que cria a ANT, pela anulação do ato que extinguiu a RFFSA e pela reaglutinação de todos os que construíram o patrimônio ferroviário, rodoviário e portuário do país, para fins de verificação da legalidade e da legitimidade do processo de privatização daquele patrimônio, e de construção, por vias democráticas, de novas instituições reguladoras das relações entre o Estado e a economia produtiva no campo da infra-estrutura econômica, de modo a preservar a soberania nacional sobre o solo brasileiro e sobre as infra-estruturas que lhe dão sua dimensão econômica.

Ceci Vieira Juruá é economista.

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010
Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831
E-mail: abderj@iis.com.br

Modelagem do comportamento dos atores no mercado elétrico brasileiro

Os mercados elétricos estão sendo reorganizados em diversas partes do mundo, de forma a introduzir a concorrência nas duas pontas da cadeia de suprimento (geração e comercialização), permanecendo o transporte de energia (redes de transmissão e distribuição) como uma atividade monopolista. No Brasil, esta reorganização é acompanhada de um programa que visa a reduzir a participação do Estado na produção de bens e serviços. A intenção do governo na reforma do mercado elétrico é induzir a eficiência econômica, ao mesmo tempo em que busca atrair capitais privados para a expansão do setor.

Embora inspirado no contexto internacional, o país optou por regras peculiares para instituir o regime de concorrência na indústria de suprimento de eletricidade. A descrição que se segue a respeito do funcionamento do mercado é baseada em De Oliveira (1998).

O mercado atacadista de energia (MAE), do qual participam as centrais com capacidade igual ou superior a 50MW e as comercializadoras cujo volume de vendas seja igual ou superior a 300GWh/ano, utiliza modelos de simulação e otimização para determinar *ex-ante* tanto o preço de comercialização da eletricidade no mercado *spot* quanto as quantidades a serem produzidas pela maior parte dos geradores. A função do algoritmo é atender a demanda prevista de eletricidade ao longo do dia, com o menor custo de operação do parque hidrotérmico. No entanto, o regime de otimização não atinge todas as centrais, distinguindo-se as hidráulicas que participam da otimização, as "térmicas flexíveis" (que também participam e funcionam em regime complementar às primeiras) e as "térmicas inflexíveis" (que decidem o seu próprio despacho).

Além disso, o mecanismo de realocação de energia (MRE) foi criado para garantir a viabilidade finan-

ceira das centrais hidráulicas. O MRE faz um rateio contábil da energia hídrica total entre as usinas participantes, proporcionalmente à energia assegurada de cada usina (energia que, num contexto coordenado, a usina é capaz de gerar com alta probabilidade, mesmo em períodos de pouca água). Os riscos econômicos das flutuações do preço *spot*, por sua vez, são minimizados através de contratos financeiros bilaterais que devem cobrir 85% das transações. Para estabilizar os fluxos financeiros, geradores e comercializadores fixam quantidades e preços em contratos.

Esta nova configuração do setor elétrico brasileiro realça as questões da competição e do exercício do poder de mercado, principalmente pela evidência de comportamentos

lucro e utilizam estratégias de quantidades, ou seja, comportam-se de acordo com o modelo Cournot. Desta forma, os grandes geradores antecipam a estratégia dos agentes competitivos e jogam com a disponibilidade das suas centrais hidráulicas, térmicas flexíveis e térmicas inflexíveis para aumentar seus lucros. É importante notar que o lucro é composto pelos lucros obtidos com a venda de energia elétrica no mercado atacadista mais os lucros obtidos com o encargo de capacidade. Este encargo é um valor pago a todas as centrais declaradas disponíveis, para induzir o investimento em novas geradoras quando a demanda se aproxima da capacidade disponível total. A solução do modelo é obtida em um processo iterativo. Cada agente ope-

tada na literatura, de que o mercado elétrico competitivo apresenta equilíbrios múltiplos. As diversas situações de equilíbrio possíveis foram encontradas a partir da repetição do cálculo dos resultados, com o *software* utilizado na programação gerando, de forma aleatória, as declarações iniciais dos agentes. Os resultados para uma série de níveis de demanda mostram que os equilíbrios múltiplos tendem a se concentrar em determinados intervalos e que se verifica uma convergência na medida em que a demanda se aproxima da capacidade total existente no sistema. No estudo empírico do caso inglês, Wolak e Patrick (1997) já haviam identificado três situações de demanda. Em baixos níveis de demanda prevaleceria a solução competitiva; em altos níveis, as grandes geradoras exerceriam seu poder de mercado. Restaria um intervalo intermediário de alta volatilidade dos preços, sinalizando a existência de equilíbrios múltiplos decorrentes do conflito de estratégias. As firmas não seriam agressivas, como na situação competitiva, mas teriam interesse em praticar *undercutting* e atender grande parte do mercado recebendo o preço fixado por outra empresa. O argumento dos autores é interessante para explicar o comportamento dos preços e das declarações dos agentes nos resultados obtidos para o mercado brasileiro.

Um segundo resultado obtido na modelagem diz respeito à estratégia de aumento do preço vigente no mercado atacadista. Considera-se que todas as usinas geradoras de mesmo tipo operam com o mesmo custo. Quando a demanda se aproxima de um nível em que a mudança de tipo de central é inevitável, os agentes procuram jogar com a disponibilização das centrais. Reduzindo a disponibilidade das centrais de custo mais baixo, os agentes esperam que usinas menos eficientes sejam chamadas a gerar energia e que o preço aumen-

"Em baixos níveis de demanda, tende a prevalecer a solução competitiva; em altos níveis, as grandes geradoras tendem a exercer seu poder de mercado. Resta um intervalo intermediário de alta volatilidade dos preços, sinalizando a existência de equilíbrios múltiplos, decorrentes de conflitos de estratégias."

desta natureza em outras reformas (Wolak e Patrick, 1997). Para estudar o funcionamento do sistema de concorrência e verificar as possibilidades dos geradores valerem-se das regras para extrair renda, buscou-se modelar o mercado elétrico como um jogo (Stoft, 1998), modificado de maneira a investigar a possibilidade de comportamentos como os identificados por Wolak e Patrick em seu estudo.

Participam do jogo o Operador Nacional do Sistema (ONS), que otimiza o sistema, e dois grupos de agentes: os grandes geradores estratégicos e uma franja competitiva formada por geradores independentes. Seguindo as abordagens de Borenstein e Bushnell (1997) e de Wolak e Patrick (1997), admite-se que os agentes estratégicos visam ao

radar das centrais geradoras escolhe o conjunto de declarações que maximiza seu lucro, considerando como dadas as declarações dos outros agentes estratégicos. O processo é repetido sucessivamente até que as declarações não mais se alterem.

Antes de apresentar os resultados preliminares do modelo, é preciso destacar que esse enfoque é centrado no MAE e no comportamento dos agentes. O órgão regulador não é tratado diretamente, já que a proposta é identificar que incentivos as regras criam nos agentes, de modo a explicitar comportamentos que exijam regulação ou alterações nessas regras.

Três conclusões básicas podem ser extraídas das soluções apresentadas pelo modelo. Primeiramente, os resultados confirmam a hipótese, levan-

ARTIGO

te. O lucro cresce, porque aumenta a remuneração da energia gerada pelas centrais mais eficientes e que permanecem disponibilizadas pelo agente. Esta lógica de valorização da energia por parte dos agentes estratégicos foi descrita no trabalho empírico de Wolak e Patrick (1997). Baseados em dados do mercado inglês, os autores argumentam que jogar com a declaração de disponibilidade permitiria um duplo ganho para os agentes estratégicos: o preço seria fixado por usinas menos eficientes e aumentaria o valor do encargo de capacidade.

Para esses autores, o jogo com a capacidade declarada corresponderia ao controle, pela firma, da forma e da inclinação da curva de oferta. Como no caso anterior, a modelagem escolhida por nós para o mercado elétrico brasileiro permite mostrar matematicamente o que Wolak e Patrick constataram a partir de dados empíricos.

Por fim, o modelo desenvolvido permite fazer considerações sobre o encargo de capacidade, cujas regras ainda estão por definir. Adotamos a hipótese de que, como no caso inglês, o valor pago às centrais declaradas disponíveis é o produto do valor da carga perdida (VCP) pela probabilidade de falha do sistema. Tanto o valor do VCP (parâmetro de política) como a distribuição de falha influenciam as declarações de disponibilidade e o montante pago como encargo de capacidade. Quanto mais dispersa a distribuição de falha, maiores tendem a ser as declarações de disponibilidade dos agentes e menor o montante pago a título de encargo de capacidade. Ocorre o oposto na distribuição concentrada. Por outro lado, um VCP muito elevado pode induzir uma redução da disponibilidade para elevar os lucros. Estes resultados indicam a necessidade de se dar muita atenção ao desenho desse encargo.

João Lizardo R. H. de Araújo, orientador, é professor-titular do Instituto de Economia da UFRJ. Patricia Zendron é graduanda do mesmo Instituto.

Publicado no JE no âmbito do convênio de incentivo com IE/UFRJ, para divulgar os trabalhos premiados no programa de iniciação científica.

Bibliografia

Borenstein, Severin e Bushnell, James [1997]. "An empirical analysis of the potential for market power in a deregulated California electricity market". Internet: www.ucei.berkeley.edu/ucei/PDF/pwp044r.pdf, consultado em janeiro de 1999.

De Oliveira, Adilson [1998]. *O novo mercado elétrico: papel do administrador do sistema de contabilização e liquidação (ACL)*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ.

Stoft, Steve [1998]. "Using game theory to study market power in simple networks". Internet: www.ucei.berkeley.edu/PDF/pub23.pdf, consultado em abril de 1999.

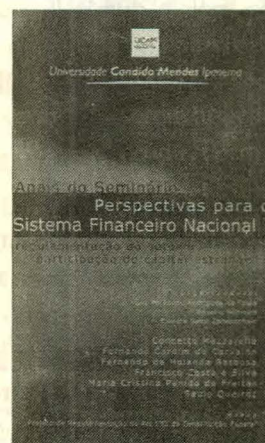
Wolak, Frank e Patrick, Robert H. [1997]. "The impact of market rules and market structure on the price determination process in the England and Wales electricity market". Internet: www.ucei.berkeley.edu/ucei/PDF/pwp047.pdf, consultado em janeiro de 1999.

RESENHA

Perspectivas para o Sistema Financeiro Nacional: regulamentação do setor e participação do capital estrangeiro

ANAIS DO SEMINÁRIO

Perspectivas para o Sistema Financeiro Nacional: regulamentação do setor e participação do capital estrangeiro, organizado por Luiz Fernando de Paula, Rogério Sobreira e Cláudia Nessi Zonenschain, torna disponíveis os Anais do seminário homônimo realizado pelo Núcleo de Finanças, Macroeconomia e Moeda da Universidade Candido Mendes - Ipanema em novembro de 1998, com o apoio do Corecon-RJ e da Andima. Enquanto o seminário esteve voltado para uma discussão ampla sobre as perspectivas futuras do Sistema Financeiro Nacional, a publicação concentrou-se na edição das palestras e textos relativos a dois subtemas, analisados pelos seguintes autores: (i) "Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (art. 192 da Constituição Federal): papel da autoridade monetária e dos órgãos reguladores", por Saulo Queiroz (deputado federal, MS), Francisco Costa e Silva (presidente da CVM) e Fernando de Holanda Barbosa (professor da FGV e do IBMEC); e (ii) "Impactos da ampliação recente da participação estrangeira no setor bancário brasileiro", tema desenvolvido por Concetto Mazarrella (presidente da Andima), Maria Cristina Penido (pesquisadora da Fundap-SP) e Fernando Cardim de Carvalho (professor da UFRJ). A publicação - que inclui como anexo o Projeto de Lei para regulamentação do SFN, de autoria de Saulo Queiroz - está a venda no Corecon [tel: (21) 232-8178] e na Universidade Candido Mendes - Ipanema [tel: (21) 523-4141, ramal 231], por R\$ 8,00.



LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

- *Uma nova Recessão: o que deu errado?* Krugman. De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- *Globalização e Globobagens*, Krugman. De: R\$ 34,00 Por: R\$ 23,80
- *Introdução à Economia*, Mankiw. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- *Fundamentos da Moderna Administração Financeira*, Brigham. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- *Sucesso, Dummies*. De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *A Crise do Capitalismo*, George Soros. De: R\$ 33,50 Por: R\$ 23,45
- *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Landes. De: R\$ 68,50 Por: R\$ 47,95
- *Macroeconomia Moderna*, De Paula. De: R\$ 39,00 Por: 27,30
- *Macroeconomia: Teoria Política e Econômica*, Blanchard. De: R\$ 69,00 Por: R\$ 48,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento: segundas, quartas e sextas, das 12h às 18h; terças e quintas, das 11h às 17h.
Telefone: (21) 232-8178

DEBATE

Balanço de 1999 e perspectivas para 2000

O *Jornal dos Economistas* solicitou que três representantes de instituições da sociedade civil escrevessem sobre o Brasil atual. Estamos, afinal, no limiar de uma retomada do crescimento? Os obstáculos estruturais foram, de fato, removidos? As mudanças experimentadas pela economia brasileira nos últimos anos vão dar bons frutos? E a reforma agrária, a quantas anda? Eis as respostas.

A retomada do desenvolvimento

José Luiz Pagnussat

O ano 2000 poderá marcar o início de uma nova fase da economia brasileira, com a retomada do desenvolvimento econômico, após duas décadas perdidas com tentativas de estabilização que provocaram fortes danos em nosso sistema produtivo.

Este é o clamor da sociedade brasileira, que, além da estabilização, quer também emprego e, portanto, desenvolvimento. Será o grande teste para a nossa democracia, pois o desejo da sociedade se manifesta nos baixos índices de popularidade do governo federal e na crítica ao receituário liberalizante, em especial às privatizações, à abertura comercial unilateral e à recusa, por parte do Estado, em implantar uma política econômica desenvolvimentista.

Parte desse desgaste pode ser atribuída aos danos provocados pela desastrosa política cambial, associada aos juros altos. A sobrevalorização do câmbio durante quase cinco anos e os juros elevados foram importantes coadjuvantes na quebra da agricultura e de setores da indústria, além de elevarem os custos da rolagem da dívida pública interna, tornando insustentável o endividamento de estados e municípios.

Apesar de alguns indicadores ainda mostrarem a permanência de riscos elevados, pois não foram superados todos os problemas provocados pelas políticas equivocadas, temos agora melhores condições macroeconômicas para reverter o quadro de estagnação e crise. Alguns indicadores já apontam nesta direção.

Na área externa, as políticas cambial e comercial vêm garantindo uma

relativa proteção ao setor produtivo, que recupera gradativamente os mercados externos, como revela o lento crescimento das exportações. Entretanto, o elevado déficit em transações correntes, de US\$ 25 bilhões em 1999, ainda preocupa, apesar da melhora observada em relação a 1998 e da expectativa de nova queda, para cerca de US\$ 20 bilhões, em 2000. Espera-se para este ano o retorno dos resultados positivos na balança comercial, podendo-se chegar a US\$ 3 bilhões de saldo.

Os indicadores fiscais fecham o ano com reversão de tendência, por dois motivos principais: o elevado superávit primário obtido nas contas públicas da União (R\$ 25 bilhões, ou 2,7% do PIB) e a redução nas taxas de juros, que trouxe um alívio na rolagem da dívida pública interna. Entretanto, o sinal vermelho está aceso, pois a dívida líquida do setor público (União, estados e municípios) superou R\$ 500 bilhões, atingindo 54% do PIB.

O controle da inflação, grande mérito do Plano Real, não deverá ficar comprometido, apesar da inconsistência entre as taxas no atacado, que fecharam o ano em torno de 30%, e ao consumidor (cerca de 10%). Continuará havendo forte pressão para que o aumento dos preços no atacado seja repassado, mas uma gestão eficiente das políticas monetária e fiscal poderá neutralizar com facilidade as pressões inflacionárias. O cenário é de uma inflação sob controle, mas um pouco mais alta para o ano 2000, dada a necessidade de retomar o desenvolvimento econômico.

Outro fator que poderá gerar instabilidade é a alta excessiva do mercado acionário, que fechará o ano superando 100%, com valorização de mais de 30% em dólar. A expectativa de fuga de capitais é uma variável de risco em 2000. Ela poderá exigir um recuo do governo, especialmente em relação à política de redução dos juros, que tem sido utilizada agressivamente para enfrentar as crises de credibilidade da economia brasileira. Entretanto, este cenário não é muito provável, dada a retomada do crescimento econômico dos países em desenvolvimento e a conseqüente redução do risco de instabilidade nos mercados mundiais, fortemente integrados.

Num cenário otimista (no longo prazo), não podemos deixar de considerar a competitividade dos principais setores da indústria e da agricultura brasileiras no mercado mundial, além do potencial dinâmico dos "novos setores", como o turismo e a indústria de biotecnologia, pois o país conta com recursos naturais e grande reserva genética. Os investimentos diretos estrangeiros certamente continuarão elevados. A expectativa é de que grande parte da indústria, ainda instalada nos países ricos, tenderá a ser gradativamente transferida para o Brasil, onde é economicamente mais viável. A agricultura brasileira, com uma política coerente, poderá tomar grande parcela dos mercados mundiais. Veja-se, por exemplo, as regiões de produção agrícola dos Estados Unidos, que, apesar de receberem altos subsídios, estão regredindo, pois os filhos dos agricul-

tores não permanecem no campo, as pequenas cidades viram taperas e os "velhos" fazendeiros se aposentam e deixam de plantar. Se a comparação for feita com a União Européia, fica ainda mais evidente a competitividade da indústria e da agricultura brasileiras.

O que falta para que esse cenário otimista se torne uma realidade? Falta decisão política. Falta definir o nosso projeto nacional, com a escolha dos caminhos para o desenvolvimento. Que sociedade queremos construir e qual o papel de cada setor - Estado, agricultura, indústria nacional e capital multinacional?

Um passo decisivo foi dado pelo governo com o Plano Plurianual 2000-2003. Com base no potencial de dinamismo e na complementaridade regional, ele define os "eixos nacionais de integração e desenvolvimento", estabelecendo para cada eixo um conjunto de investimentos estruturantes. Eles deverão orientar os setores público e privado na alocação de recursos, de forma articulada e integrada, possibilitando uma forte sinergia e a irradiação de externalidades positivas, maximizando as potencialidades regionais e conferindo maior competitividade sistêmica à economia.

O estudo identificou novos pólos de dinamismo e indicou a abertura de novas fronteiras de desenvolvimento, fundamentais para gerar empregos e reduzir as disparidades sociais e regionais, tal como a sociedade brasileira deseja.

José Luiz Pagnussat é presidente da Ange e conselheiro do Corecon do Distrito Federal.

DEBATE

Economia brasileira, ano 2000: relativizando o cenário otimista

Adhemar S. Mineiro

Passado um ano do período mais agudo da turbulência financeira iniciada no segundo semestre de 1998, que culminou com os acordos com o FMI e com a desvalorização do Real em janeiro de 1999, caberia perguntar: estamos em uma situação mais ou menos confortável do que há um ano atrás? Entramos em 2000 mais ou menos otimistas do que quando entramos em 1999?

Do ponto de vista das expectativas, é fácil dizer que o ambiente econômico é mais otimista. Há um ano, prevalecia a idéia de que o país entraria em uma grande recessão, reconhecida inclusive nos acordos iniciais com o FMI. Ao longo do ano, essa perspectiva mudou para a estagnação (variação do PIB entre 0% e 1%), e a expectativa é de um pequeno crescimento em 2000.

Na virada de 1998 para 1999 era quase consensual a visão de que a taxa de câmbio estava em um nível insustentável, o que se confirmou. A visão que predomina hoje é de que essa taxa não parece insustentável (embora deva sofrer ajustes ao longo do ano, especialmente porque as intervenções realizadas recentemente pelo Banco Central podem tê-la feito cair em demasia).

No final de 1998, a taxa de juros era instável e estava em níveis estratosféricos; no final de 1999, ela se encontra estável (em cerca de 19% ao ano), com as autoridades sinalizando uma tendência de baixa. A perspectiva no final de 1998 era de que a taxa de desemprego subisse bastante, enquanto hoje se fala em sua estabilidade, embora em patamares extremamente elevados. Também se falava que a inflação fugiria ao controle. Isso não ocorreu, mas está em curso o debate sobre os novos níveis de inflação, com os índices de preços no atacado subindo mais que

os índices ao consumidor.

Entretanto, contra o clima de otimismo, alguns indicadores importantes podem servir de base a uma leitura menos rósea do quadro. Passada a euforia da virada do ano, talvez eles acabem transparecendo.

O primeiro diz respeito às relações com o exterior. O déficit em transações correntes, a ser financiado, continua na faixa de 5% do PIB, com dois agravantes: ele está se transformando em um componente estrutural, por causa dos pagamentos de juros da dívida externa e da crescente remes-

sa fundamental do déficit. Para isso contribuíram a dolarização de parte importante da dívida pública interna, fazendo com que os efeitos da maxidesvalorização fossem repassados a essa dívida, e as altas taxas de juros, especialmente no primeiro semestre do ano. Sobre os juros, uma lembrança: embora a taxa básica tenha caído para 19%, as taxas para os tomadores de crédito, especialmente os consumidores, seguem extremamente elevadas, desestimulando o investimento e o consumo.

Quando observamos os vários

nua comprimido. Além disso, uma economia estagnada parece cumprir duas funções nos marcos macroeconômicos em que se movem nossas autoridades: dado o diferencial acumulado entre os índices de preços no atacado e ao consumidor, qualquer ativação da economia, com consequente aumento da renda, pode abrir espaços para o repasse de preços; e o déficit da balança comercial diminuiu por causa, antes de tudo, da queda nas importações, o que - já que o governo não quer lançar mão de tarifas e outras restrições - implica manter desacelerado o ritmo da atividade produtiva.

Assim, observando a conjuntura por esse ângulo, talvez se possa chegar à conclusão de que as decisões tomadas a partir da desvalorização de janeiro de 1999 mantiveram a economia nacional imersa em um quadro de fragilidade. A lógica da dependência externa ampliada, para a cobertura dos déficits com o exterior, não se alterou, mas a economia brasileira se debilitou e a vulnerabilidade externa cresceu.

Adhemar dos Santos Mineiro é presidente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe (Aealc) e conselheiro do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

"As decisões tomadas a partir da desvalorização de janeiro de 1999 mantiveram a economia nacional imersa em um quadro de fragilidade. A lógica da dependência externa não se alterou. A economia brasileira se debilitou e a vulnerabilidade externa cresceu."

sa de lucros devida à maior internacionalização da economia brasileira ao longo da década. Além disso, a balança comercial não reagiu como se esperava depois da desvalorização. Até novembro, o valor das exportações recuara cerca de 7% em 1999, comparado com o ano anterior. Terminamos assim o segundo ano consecutivo com queda no valor das exportações e o quinto ano consecutivo com déficit comercial. Para fechar as contas, continuamos dependendo - e muito - de capitais externos, o que expõe o país às incertezas do sistema financeiro internacional.

O segundo elemento a ponderar é o déficit público, que - apesar da falta de reajustes ao funcionalismo - saltou de cerca de 8% do PIB em 1998 para 10,8% em 1999, segundo estimativas feitas pelo Banco Central. Como houve superávit primário de pouco mais de 3% do PIB, fica claro que as despesas financeiras são a cau-

componentes que poderiam dar dinamismo à economia, não aparece motivo para esperar uma retomada sustentada do nível de atividade. Consumo e investimento não devem crescer. As exportações não deslancharam, embora possam aumentar um pouco. E o gasto público, até por força dos acordos com o FMI, conti-

BIBLIOTECA

ATENÇÃO! LEITORES JE

A biblioteca Eginardo Pires
está funcionando
em novo horário:

De segunda a sexta-feira,
das 13:00h às 17:00h.

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

O VRH está fixado em R\$ 0,70
(setenta centavos de Real)
para o mês de janeiro.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.

**Falso Amanhecer,**

John Gray

De R\$ 25,00 Por R\$ 17,50

- *A Corrosão do Caráter* - Richard Sennet. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Terceira Via* - Anthony Giddens. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Aspectos Morais do Crescimento Econômico* - Barrington Moore Jr. - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Destruição Não Criadora* - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada - Maria da Conceição Tavares - De R\$ 25 por R\$ 17,50.
- *O Tributo do Tempo* - Luiz Roberto Nascimento Silva - De R\$ 12,00 por R\$ 8,40.
- *Chairman* - *O Novo Brasil e as Multinacionais* - Getulio Bittencourt - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Idéia de Decadência na História Ocidental* - Arthur Herman - De 56,00 por R\$ 39,20.
- *Inimigos do Futuro* - Kirkpatrick Sale - De R\$ 30,00 por R\$ 21,00.
- *O Livro Negro do Capitalismo* - Organizado por Gilles Perrault - De R\$ 45,00 por R\$ 31,50.
- *O Mercado Futuro e de Opções* - Octavio Bessada - De R\$ 14,00 por R\$ 9,80.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ. Horário de funcionamento: segundas, quartas e sextas, das 12h às 18h; terças e quintas, das 11h às 17h. Telefone: (21) 232-8178

DEBATE

Reforma agrária em 1999: propaganda e paralisia

João Pedro Stédile

A agricultura brasileira, especialmente a de cunho familiar, enfrenta a pior crise de sua história. A área cultivada e a renda dos agricultores continuam diminuindo. Em dez anos, segundo os censos agropecuários, desapareceram cerca de 942 mil estabelecimentos com menos de cem hectares. A produção permanece estagnada no período, com pequenas variações para cima e para baixo. As importações de produtos agrícolas saltaram, em poucos anos, de US\$ 1 bilhão para US\$ 8 bilhões.

Nesse contexto, compreende-se o ritmo cada vez mais lento com que são levadas adiante as iniciativas relacionadas à reforma agrária. Pois ela exigiria uma estratégia oposta de desenvolvimento para o Brasil, com incentivo à agricultura familiar, distribuição de renda e ênfase no mercado interno.

Em vez disso, assistimos em 1999 a uma espécie de adoção tardia do receituário neoliberal no campo, através do Banco da Terra e do Novo Mundo Rural, projetos orientados pelo Banco Mundial. Mesmo eles, no entanto, foram praticamente paralisados pelo chamado "ajuste fiscal": dos US\$ 2 bilhões previstos para serem aplicados pelo governo no Banco da Terra (como contrapartida de outros US\$ 2 bilhões do Banco Mundial) em quatro anos, apenas R\$ 120 milhões foram liberados em 1999.

O governo previa usar os recursos do Banco da Terra para comprar áreas ociosas, a serem revendidas para agricultores, premiando assim os latifundiários improdutivos, especialmente os amigos. Diante das negociatas à vista, o Banco Mundial teve de exigir que os recursos fossem usados para obras em assentamentos. Foram, por isso, "contingenciados". Como se não bastasse, o Conselho Monetário Nacional impôs uma taxa de juros equivalente à inflação (medida pelo IGP)

mais 6% ao ano, que corresponde hoje a 20,14%, completamente irrealista. Mesmo assim, com base na propaganda, prosseguiu a elaboração de listas controladas por políticos, fazendeiros e prefeitos, que prometem aos incautos de hoje - inadimplentes de amanhã - terra fácil, sem necessidade de luta e organização.

"Enquanto prossegue o sucateamento do Incra, cerca de 72 mil famílias, ou 300 mil pessoas, vivem hoje nos 500 acampamentos do MST.

São refugiados, não de um furacão, de um terremoto ou de um conflito militar.

São refugiados do neoliberalismo."

Quanto ao Novo Mundo Rural, ele representa uma nova metodologia que transfere, aos assentados, os encargos tradicionalmente colocados sob a responsabilidade do Estado, como a medição das áreas, a construção de estradas e a contratação da assistência técnica, entre outras. Grande parte dos funcionários do Incra e das instituições estaduais do setor se opõe a isso, criando um impasse, cuja conta tem sido paga pelos assentados. Mesmo aqueles que habitam em áreas já liberadas não tiveram recursos nem para obras de infra-estrutura nem para os créditos de implantação. Em geral, nem casas conseguiram construir. Em paralelo, o Procefa foi extinto, tornando mais caras e mais curtas as linhas de financiamento para os assentados, confundidos com agricultores plenamente estabelecidos.

O governo vem anunciando que, em 1999, assentou mais de 85 mil famílias. É apenas propaganda. Ele considera "assentadas" todas as famílias que estão inscritas em algum projeto de assentamento, independentemente de se elas tiveram ou não seus lotes definidos e recursos liberados para construir uma casa e plantar. Além disso, os dados oficiais mostram que quase 70% desse número - em si mesmo, como vimos, duvidoso - correspondem a ações de regularização fundiária nas regiões Norte e Centro-Oeste. Praticamente não houve assentamentos novos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, onde os conflitos aumentaram.

Enquanto isso, prossegue o sucateamento do Incra. Os números são impressionantes: a primeira proposta orçamentária de 1999, que falava no assentamento de 85 mil famílias, previa uma dotação de R\$ 2,5 bilhões. Um primeiro corte reduziu esse valor para R\$ 1,9 bilhão. Depois, por imposição do FMI, passamos para R\$ 1,2 bilhão, menos da metade do que havia sido inicialmente previsto. Até outubro de 1999, apenas R\$ 420 milhões haviam sido efetivamente liberados. No orçamento do Incra, apenas um item resistiu aos cortes e teve seus recursos plenamente garantidos: o de propaganda!

Tudo isso - e não um suposto proselitismo do MST - explica que tenhamos ultrapassado a marca de quinhentos acampamentos no Brasil, onde vivem mais de 72 mil famílias de agricultores sem terra, com cerca de 300 mil pessoas. São refugiadas. Não de um furacão, um terremoto ou um conflito militar. São refugiadas do neoliberalismo.

João Pedro Stédile é economista e integra a Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

RESENHA

Pedalar ou cair

Pesquisa da Cepal mostra uma década de transição na economia brasileira

Otaviano Canuto

Terão sido os anos 90 uma segunda “década perdida” para a economia brasileira, a julgar por seu desempenho médio em termos de crescimento, equiparável ao dos anos 80? Uma pesquisa sobre as reformas estruturais no Brasil, realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Organização das Nações Unidas, preferiu caracterizá-la como uma “década de (inacaba-da) transição” (ver Renato Baumann, org., *Brasil: uma década em transição*, 2000, São Paulo, Editora Campus).

Afinal, aos trancos e barrancos, o marco de operação da economia alterou-se profundamente nesse período, com a implantação das chamadas “reformas de primeira geração”, em grande parte simultâneas ao programa de estabilização monetária. Durante a década, ocorreram as aberturas comercial e financeira, assim como a reestruturação do setor financeiro e a privatização, esta última ainda em curso. Como processos de mudança não concluídos, constam as reformas tributária, na seguridade social, na administração pública e nos programas sociais (educação e saúde), além da reforma no setor judiciário e outras “de segunda geração”.

O balanço feito pela pesquisa da Cepal revela que, “apesar de alguns resultados positivos, o contexto geral ainda deixa muito a desejar, sobretudo no que se refere aos indicadores sociais e à própria capacidade de competir num mercado internacional com novas características”. Parte da responsabilidade pode ser imputada às vicissitudes do programa de estabilização, cujo contexto marcou a implementação das reformas estruturais.

A abertura comercial, iniciada

antes da estabilização, foi funcional aos objetivos desta, mas seus resultados acabaram prejudicados por esse contexto. O uso prolongado, como “âncora”, das taxas de câmbio nominal, de meados de 1994 até o início de 1999, em conjunto com as altas taxas reais de juros, que sustentavam a valorização cambial, deixaram uma herança pesada em termos de competitividade e saldos comerciais. Na verdade, tanto em 1990 quanto em 1994, as tarifas sobre importações foram rapidamente reduzidas, tendo em vista, predominantemente, metas antiinflacionárias e não de reestruturação produtiva.

Conforme mostra a pesquisa, após a abertura houve uma modernização produtiva e aumentos substantivos de produtividade nos segmentos remanescentes, mediante importação de tecnologia, equipamentos e componentes, bem como da racionalização da produção. Contudo, em poucos casos ocorreu ampliação significativa de capacidade produtiva. Além disso, a modernização tampouco levou a exportações crescentes, de modo a compensar os incrementos nas importações e, muito menos, a gerar novos empregos em ritmo suficiente para contrabalançar o fechamento de postos de trabalho. No comércio exterior, reforçou-se um padrão de acentuada especialização em itens cuja competitividade era capaz de resistir à valorização cambial e às taxas de juros, ou seja, *commodities* intensivas em recursos naturais e energia ou mão-de-obra.

No lado fiscal, o aumento na arrecadação, de 25% do PIB em 1993 para 30% em 1998, obtendo-se superávits primários desde meados da década, não foi suficiente para compensar os efeitos das elevadas taxas de juros que acompanharam o programa de

estabilização. Os pagamentos de taxas de juros sobre a dívida pública chegaram, no ano passado, a 44% da receita fiscal total e a 7,5% do PIB.

Esse legado afetou outros itens da pauta de reformas. O programa de privatizações, por exemplo, tornou-se um componente da resposta aos problemas fiscais, e o objetivo de maximizar receitas entrou em colisão com a maximização dos resultados no tocante à eficiência produtiva.

Algumas empresas foram colocadas à venda sem que estivesse concluída a regulamentação do respectivo setor. Além disso, em vários casos a privatização se baseou em movimentos de arbitragem financeira, com intensa participação de agentes sem envolvimento direto com a atividade produtiva e, até há pouco, com presença menor de investidores estrangeiros.

No mínimo, pode-se presumir que será necessário certo tempo até que ocorram eventuais rearranjos de propriedade que façam emergir os efeitos esperados das privatizações, em termos de investimentos e competitividade.

A urgência e as dimensões das necessidades fiscais, particularmente a partir das metas de desempenho estabelecidas no acordo com o FMI, têm atrapalhado também a reforma tributária. Não apenas pelo fato de terem induzido a aumentos nos tributos com resposta rápida e relativamente insensíveis a quedas no nível da atividade econômica, como a CPMF, a despeito de seus efeitos de distorção. Mas, particularmente, pelo menor interesse governamental na reforma tributária, dados o receio e a pequena margem de manobra para enfrentar surpresas na arrecadação após sua implantação.

A pesquisa da Cepal abrange vários



aspectos das reformas estruturais e do desempenho econômico no Brasil na década de 1990. Entre as lições gerais que ressalta, a partir da experiência da década, gostaríamos de destacar duas. Primeiro: a sustentabilidade das reformas diminui se os agentes econômicos não percebem um horizonte de recuperação do crescimento. Segundo: uma vez iniciado, o processo de reforma exige sua própria continuidade, para evitar uma reversão. É como subir numa bicicleta: ou se pedala ou se vai ao chão.

Otaviano Canuto é professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: ocanuto@eco.unicamp.br

PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo o livro abaixo com desconto para os economistas associados.

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, McGraw-Hill, por R\$ 10,00.

Livraria FGV - Tel. 536-9105
Praia de Botafogo, 188
Rio de Janeiro

Provão: discutindo os resultados

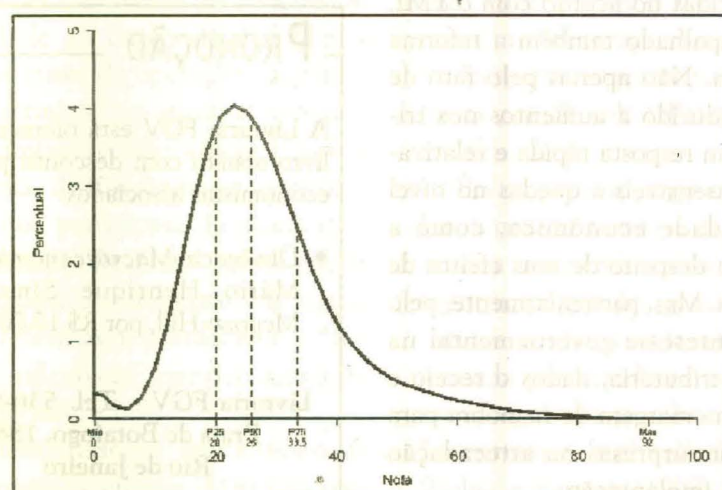
“Avaliação é um instrumento de planejamento. Avalia-se para verificar se os resultados obtidos são compatíveis com os objetivos desejados. Portanto, para se fazer uma avaliação tem-se de ter claro esses objetivos, explicitando-se o que está sendo avaliado.” Esta afirmação foi feita em abril de 1999 no Relatório da Comissão de Especialistas do Inep-MEC, que foi responsável pela concepção do programa de Economia do ENC-1999.

Nessa ocasião a comissão entendeu que os cursos de economia no Brasil caracterizavam-se por ter perfis distintos, dependendo do enfoque do curso, do tipo de aluno e da região do país em que se localizava. Esta era uma característica desejável. Por outro lado, afirmávamos que na formação do economista há um conhecimento comum, consubstanciado no núcleo de disciplinas obrigatórias, que distinguia o economista de outros profissionais. Portanto, uma avaliação do desempenho dos cursos de economia só podia ser feita a partir desse núcleo comum.

O resultado do exame mostrou que estávamos certos: entre os cursos classificados com a nota A, encontramos programas com forte ênfase acadêmica e reconhecimento nacional, com enfoques predominantemente ortodoxos, como USP, UnB e PUC-RJ, e heterodoxos como Unicamp e UFRJ; cursos que procuram concentrar-se em nichos de mercados, como o IBMEC (finanças) e a Universidade Federal de Viçosa (Economia Agrária); cursos de grande tradição regional e formadores de economistas de alto nível para seu estado e para o país, como UFMG, UFRGS, UFPR, UFPE, UFF, UERJ, PUC-MG; e, finalmente, a boa notícia da excepcional qualidade de cursos relativamente novos, em municípios situados fora das capitais, no estado de São Paulo, como a USP-Ribeirão Preto e a Unesp-Araraquara; em Minas Gerais, como o da Universidade Federal de Juiz de Fora; no Rio Grande do Sul, como o da Universidade Federal de Santa Maria; ou em capitais estaduais de menor porte, como a UFES (em Vitória) e UFPB (em João Pessoa). A variedade de vocações, enfoques, regiões e estilos mostrou que o exame conseguiu refletir o que de melhor se faz no Brasil em termos de economia.

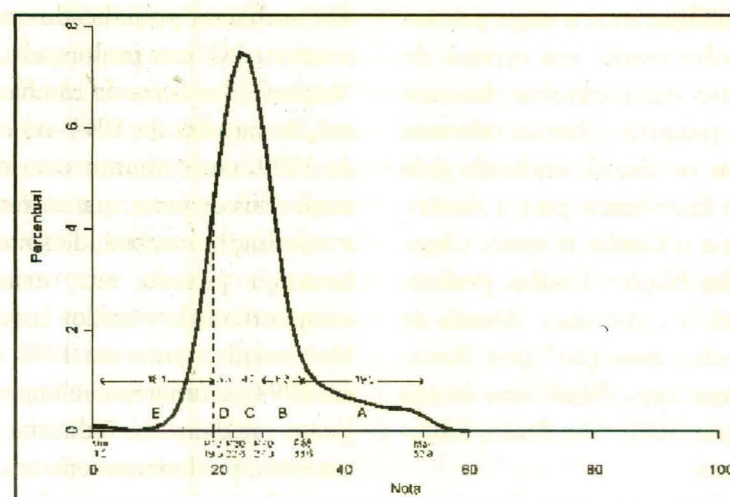
Por outro lado, a forma como alguns órgãos da imprensa divulgaram os resultados do “provão” levou a uma grande confusão, induzindo as pessoas a conclusões que não podem basear-se nos dados. Portanto, algum esclarecimento das informações divulgadas pelo Inep-MEC torna-se imprescindível. Inicialmente observe-se que a nota média do exame foi de 28,4, considerando-se a nota máxima possível de 100. Entretanto, a maior nota obtida por um aluno ou aluna foi de 92,0, e cerca de 50% dos graduandos obtiveram nota entre 20,0 e 33,5, como pode ser visto na Figura 1.

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DE NOTAS INDIVIDUAIS
- ENC 1999- ECONOMIA



O desempenho das instituições – obtido a partir da média de seus alunos – pode ser observado no histograma suavizado apresentado na Figura 2. Neste gráfico, estão destacadas as faixas dos conceitos A, B, C, D e E, as notas mínimas e a amplitude de cada uma das faixas. Pode-se observar que as notas das instituições com o conceito A variaram entre 33,6 e 52,8; e entre as que obtiveram o conceito E, elas variaram entre 1,2 e 19,3.

FIGURA 2: DISTRIBUIÇÃO DAS MÉDIAS INSTITUCIONAIS
ENC 99: ECONOMIA



Observe-se que os conceitos são relativos. Cento e oitenta e sete instituições inscreveram-se no exame. Os conceitos foram outorgados a partir dos seguintes critérios:

A – instituições cujas notas médias ficaram entre as 12% maiores; isto é, entre 33,6 e 52,8, perfazendo 22 cursos;

B – instituições cujas notas médias ficaram entre as 18% seguintes; isto é, entre 27,3 e 33,6, perfazendo 33 cursos;

C – instituições cujas notas médias ficaram entre as 30% seguintes; isto é, entre 22,6 e 27,3, perfazendo 74 cursos;

D – instituições cujas notas médias ficaram entre as 18% seguintes; isto é, entre 19,3 e 22,6, perfazendo 33 cursos;

E – instituições cujas notas médias ficaram entre as 12% mais baixas; isto é, entre 1,2 e 19,3, perfazendo 21 cursos.

Quatro instituições não tiveram conceito, porque os alunos não responderam à prova ou apenas um aluno o fez. Observe-se também que o conceito A e B de algumas instituições deve ser visto com reserva, por causa do baixo número de alunos que compareceram à prova. Este foi o caso dos seguintes cursos:

Instituição	Alunos Presentes	Conceito
Universidade Santa Úrsula	7	A
Universidade Estácio de Sá	4	A
Universidade Salgado de Oliveira	4	B
Centro Universitário Nove de Julho- SP	7	B
Faculdade de Ciências Econ. de Varginha	5	B
Faculdade Veiga de Almeida	5	B

ARTIGO

A grande confusão induzida por alguns órgãos de imprensa foi a hierarquização dos cursos A, a partir da percentagem de alunos classificados entre as 25% maiores notas. Ao não divulgar as notas médias por instituição, o MEC tinha o objetivo explícito de não classificar os cursos no interior de cada faixa. Pois esta classificação acaba sendo arbitrária e não contribui para o objetivo da avaliação, que é de ser um instrumento de planejamento. Para permitir que os coordenadores dos cursos tivessem conhecimento da distribuição das notas de seus alunos, comparando-as com outras instituições, o Inep divulgou a percentagem de alunos classificados entre as seguintes distribuições: P25, P50 e P75. Estes indicadores mostravam o percentual de alunos classificados entre as 25% maiores notas (P75), entre as 50% maiores notas (P50), entre as 75% maiores notas (P25). O fato de uma instituição ter um maior número relativo de alunos entre os classificados no quartil superior não significa que tenha a maior média. Estes alunos podem, por exemplo, ter majoritariamente notas próximas do limite das 25% maiores; enquanto outra instituição pode ter uma distribuição de notas com um grupo de alunos com médias no limite das 10% maiores, e outros próximos das 25%, embora inferiores a esta. Este é apenas um indicador, entre outros, sendo que a maior média institucional foi de 52,8. A imprensa não forneceu convenientemente

outras informações relevantes, como a percentagem de professores com doutorado, a dedicação média destes, o número de alunos presentes, a faixa P50 - elementos que teriam que ser considerados, antes de divulgar uma avaliação impressionista e parcial do nível relativo dos cursos. Todos estes dados estão disponíveis no *Relatório Síntese do Exame Nacional de Cursos 1999*, e na *home-page* do Inep (www.inep.gov.br).

Finalmente, como já afirmamos várias vezes, o ENC é parte de um processo de avaliação mais amplo. Independentemente de suas limitações, este processo pode aumentar o grau de conhecimento sobre os cursos de economia no Brasil, ajudar a verificar falhas na formação profissional e, principalmente, contribuir para a melhorar essa formação. Seu valor não é absoluto. Ele não deve ser usado para comparações simplistas, principalmente quando só foi realizado um exame. Mas as informações são um importante instrumento acessório em um projeto mais amplo da melhora do ensino de economia no Brasil.

Luiz Carlos Delorme Prado é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Membro da Comissão de Especialistas do INEP-MEC para o ENC de Economia; Presidente do IERJ.

JORNAL

Contrato de promoção e participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil* S.A., em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

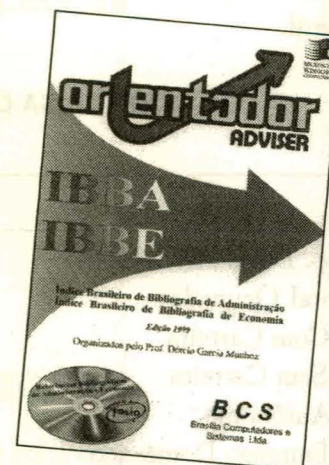
Telefone: (21) 232-8178 - das 14 às 19 horas.

CD ROM

CD-ROM "ORIENTADOR ADVISER"

O IBBE/IBBA - Índice Brasileiro de Bibliografia, Economia e Administração - 1999

Organizado pelo prof. Dércio Garcia Munhoz, encontra-se à venda na Biblioteca do Corecon/RJ, ao custo de R\$ 59,90. O Índice apresenta referências bibliográficas de artigos de revistas especializadas ou coletâneas, livros, dissertações e teses de mestrado e doutorado. Cita publicações com estatísticas econômicas, legislação de política econômica e dá outras informações, como cursos em várias entidades brasileiras. Maiores informações pelo tel: (21) 232-8178 com Esther - Biblioteca do Corecon/RJ.



-ADVOGADO DE PLANTÃO

NOVO DIA E HORÁRIO DO PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas

Terças-feiras, de 16h às 18h

na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (0 xx 21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defe-sa, recursos e consultas em geral.

Flexibilizar é a saída ?

Mal se iniciou o último ano do século XX e o Governo Brasileiro já apresentou para a sociedade um pacote de Emendas Constitucionais, a ser enviado ao Congresso, propondo profundas mudanças na legislação trabalhista vigente no país. Mais uma vez o Governo Federal argumenta que a flexibilização de direitos trabalhistas permitiria a criação de novos empregos e a conseqüente redução das taxas de desemprego observadas no Brasil.

Neste mesmo espaço, em artigo anterior, mostrou-se que a experiência internacional não corrobora esta suposição. Pode-se mesmo observar situações díspares no que se refere às taxas de desemprego entre países com legislações trabalhistas semelhantes, com mercados de trabalho mais rígidos ou mais flexíveis. Alemanha e Áustria, por exemplo, possuem legislações trabalhistas bastante rígidas (na Áustria o aviso prévio dura seis meses) e taxas de desemprego bastante distintas: 12% na Alemanha e apenas 4% na Áustria. Já os Estados Unidos da América (EUA) e a Espanha possuem sistemas de trabalho bastante flexíveis e taxas de desemprego bem diferentes, 4% nos EUA e 18% na Espanha.

A análise da experiência dos outros países demonstra que os sistemas de relações de trabalho influenciam muito mais a qualidade da ocupação do que o nível de emprego. Assim sendo, as reformas propostas pelo Governo apontam no sentido de piorar, ainda mais, a qualidade das ocupações existentes no mercado de trabalho, e não no sentido da criação dos milhões de postos de trabalho necessários para acabar com o problema do desemprego.

A tabela a seguir, elaborada a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, realizada em conjunto pelo DIEESE e a Fundação SEADE, com dados da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), serve como um bom exemplo da estrutura e da heterogeneidade do mercado de trabalho no Brasil.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO
RMSP

	SET/85	SET/99	Variação
Pop. Econ. Ativa (PEA)	6.414.000	8.934.000	2.520.000
Total Ocupados	5.644.000	7.174.000	1.530.000
Com Carteira	2.935.000	2.870.000	-65.000
Sem Carteira	463.000	890.000	427.000
Autônomo	841.000	1.528.000	687.000
Emprego Doméstico	452.000	638.000	186.000
Outros	377.000	624.000	247.000
Desempregados	770.000	1.760.000	990.000
Taxa de Desemprego	13%	20%	7 p.p.

Fonte: Dieese / Seade. Elaboração: Dieese.

Em 1985, a quantidade de trabalhadores com carteira assinada representava 52% das ocupações na RMSP. Em setembro de 1999, este percentual tinha caído para 40%. Esse é um dos aspectos que permite constatar o quanto o mercado de trabalho brasileiro é heterogêneo, nunca tendo se constituído de fato como um mercado assalariado padrão, nele convivendo diferenciadas formas de inserção do trabalhador. A título de comparação, na Alemanha, os assalariados com carteira representam 92% dos ocupados e na França, 86%.

A proposta do Governo, ao flexibilizar direitos, caminha no sentido de

diminuir a heterogeneidade, reduzindo as diferenças entre trabalhadores com ou sem carteira de trabalho assinada. Algo como: se a política econômica não possibilita inserir todos os trabalhadores no mercado formal, com direito a férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, etc., toma-se o caminho inverso, acabando-se com os direitos e igualando-se todos por baixo. Isto feito, fará pouca diferença ter ou não carteira assinada.

Como se pode observar a seguir, temos outro problema, tão ou mais sério. Entre os anos de 1985 e 1999, foram criadas 1.530.000 novas ocupações. No entanto, a taxa de desemprego saltou de 13% da População Econômica Ativa (PEA - Pessoas disponíveis no mercado de trabalho, ocupadas ou desempregadas) para 20%. Este crescimento, a despeito do aumento da quantidade absoluta das ocupações, ocorreu em função do incremento de 2.520.000 no total da PEA. São quase 1.000.000 a mais de desempregados em relação a setembro de 1985.

As principais causas desta situação foram as sucessivas políticas econômicas contracionistas adotadas ao longo da década de 90, intercaladas com raros períodos de crescimento razoável. Segundo Jorge Mattoso¹, a economia brasileira cresceu, em média, 1,9% na década de 90, menos do que os 2,9% observados na década de 80, dita perdida. Outro fator de grande importância para explicar o aumento do desemprego no país foi a adoção do Plano Real, baseado na sobre-valorização cambial, na aceleração da abertura da economia e na atração de capital externo. Fatores estes que, combinados, desestruturaram a economia brasileira, levando ao fechamento de milhares de empresas e de milhões de postos de trabalho.

A lógica do Plano Real, focada na busca da estabilização dos preços em detrimento do crescimento/desenvolvimento da economia, vem impondo limites a qualquer iniciativa mais consistente de geração de novos postos de trabalho. Medidas compensatórias, como as frentes de trabalho criadas ao longo do ano de 1999 pelo Governo de São Paulo², minoram o problema momentaneamente, mas não o resolvem.

Diante da falta de uma política de desenvolvimento capitaneada pelo Governo Federal, os Governos Estaduais têm buscado saídas para o desemprego que muitas vezes significam perdas para os outros Estados e, na maioria das vezes, representam ganhos para poucas e grandes empresas privadas, intensivas em capital e que geram poucos empregos, como é o caso das novas plantas industriais das montadoras de automóveis. A guerra fiscal, centrada na concessão de benefícios para instalação de empresas no Estado, é o exemplo mais claro dessa falsa solução.

Atesta, também, a incapacidade dos Estados de se contraporem à política do Governo Federal, fragilizados que estão por seus problemas fiscais, ampliados nos últimos anos por essa mesma política econômica que fez suas dívidas crescerem de forma exponencial, dado o aumento da taxa de juros.

Desse modo, não é através da flexibilização dos direitos trabalhistas ou da guerra fiscal que se poderá solucionar o problema do desemprego no Brasil. É preciso promover uma mudança na política macroeconômica e construir um projeto de desenvolvimento que envolva todos os segmentos da sociedade.

Henrique Jäger é economista do Dieese.

1 Mattoso, Jorge (1999) O Brasil Desempregado, São Paulo, Perseu Abramo.

2 De um total de 450 mil pessoas que se inscreveram, cerca de 150 mil conseguiram um emprego por 3 meses, ganhando salário mínimo mais uma cesta básica e recebendo algum tipo de qualificação profissional.

COFECON

COFECON REALIZA VÍDEO SOBRE DESEMPREGO

A Comissão de Política Econômica do Cofecon distribuiu aos Conselhos Regionais de todo o país, o vídeo com o tema "Desemprego: avaliação e alternativas". A intenção do Cofecon é que os Conselhos, através da divulgação desse material, consigam estimular o debate sobre o problema em todas as regiões do país. Desemprego também foi tema da Campanha da Fraternidade no ano de 1999, realizada pela CNBB, que recebeu cópia do material como colaboração dos economistas à reflexão realizada pela Campanha.

Este é o primeiro vídeo de uma série de outros projetos que o Cofecon pretende realizar, na mesma linha de abordagem. O presente material tem duração de 40 minutos. O entrevistado é Márcio Pochmann, economista e professor da Unicamp.

Realização: Cofecon • Apoio: Sindicato dos Engenheiros do RJ

Mais informações: Home-page: www.cofecon.org.br • E-mail: cofecon@cofecon.org.br



CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.

Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizado.).

Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.

Preço com desconto: R\$ 21,00.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, 346p., 6ª edição, Karl Max.

Preço com desconto: R\$ 17,50.

Após 1989 – Moral, Revolução e Sociedade Civil, 289p., Ralf Dahrendorf.

Preço com desconto: R\$ 16,10.

Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado, 179p. Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.

Preço com desconto: R\$ 13,30.

Histórias Esquecidas da Ciência, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.

Preço com desconto: R\$ 10,50.

O Longo Amanhecer.

Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).

Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.

Preço com desconto: R\$ 13,30.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa a compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia/RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília, tel (0xx61) 321-7540 e 321-3232. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- **Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe – 1998**, 108p. U\$ 15,00.
- **Panorama de la inserción internacional – 1998**, 225p. U\$ 20,00.
- **El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)**, 134p. U\$ 8,00.
- **La inversión extranjera en América Latina y el Caribe – 1998**, 289p. U\$ 15,00.
- **Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)**, 267p. U\$ 8,00.
- **Revista de la Cepal – Número 67 – Abril de 1999**, 191p. U\$ 15,00.

Horário de funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

CURSOS ANPEC

XIII Curso anual de reciclagem em teoria econômica

Preparatório ao concurso de mestrado para Anpec

Promovido por Ierj/Corecon/Cofecon – 80% de aprovação

Período: março a outubro de 2000 • Local: Av. Rio Branco, 109 / 19º andar

Mais tempo de aulas pelo menor preço!!!

Obs.: os alunos que se inscreverem em dezembro contarão com até 30% de desconto na matrícula.

Informações: tels. 232-8178 e 509-1077

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Fórum Popular do Orçamento, com apoio de vereadores, envia proposta de emenda legislativa à Câmara. Avalia como estão os gastos do município e onde a Câmara pode economizar.

DESPESAS DO MUNICÍPIO DO RIO

O total da despesa fixada na proposta orçamentária de 2000 é de R\$ 4,64 bilhões, dos quais 84% equivalem a despesas correntes e apenas 16% a despesas com capital. Se compararmos esse número com a despesa fixada para 1999, no valor de R\$ 4,83 bilhões, veremos que a variação é pequena, com redução de apenas 4%. Mas, observando sua distribuição, aparece uma diferença: no ano anterior, 67% equivaliam a despesas correntes e 33% a despesas de capital. Para efeito de comparação, registre-se que a despesa realizada em 1998 foi de R\$ 3,68 bilhões, distribuída em 75% para despesas correntes e 25% para despesa de capital.

Não há, pois, uma similaridade entre os três anos. Uma das explicações pode ser buscada na federalização dos títulos (a proposta orçamentária de 2000 fixou suas despesas considerando esta mudança). Dessa forma, mais da metade dos recursos destinados à amortização da dívida são decorrentes de obrigações contratuais a vencerem no ano 2000. Em 1999 a despesa fixada para amortização da dívida foi de R\$ 813 milhões (e, em 1998, de R\$ 584 milhões), mas em 2000 a proposta orçamentária destina, para amortizar a dívida, apenas R\$ 64 milhões. Haverá, pois, uma diminuição no peso das despesas de capital em relação ao total das despesas.

O ano de 1998 fechou com um superávit orçamentário de R\$ 125 milhões. Somando-se esse valor com o resultado extra-orçamentário e as disponibilidades financeiras do início do exercício, o município ficou com uma disponibilidade final de R\$ 438 milhões. Este superávit ocorreu, em parte, por causa da não-realização da despesa total fixada. Para uma despesa fixada em R\$ 4,2 bilhões, o município gastou R\$ 3,68 bilhões. Ainda não é possível fazer os mesmos cálculos para 1999 e 2000, pois esses anos não foram consolidados ou encerrados, mas 1998 fica como um registro de que nem sempre o planejamento de gastos da Prefeitura se cumpre, o que prejudica a eficácia do Orçamento.

Os investimentos e as inversões financeiras foram as despesas que ficaram 45% abaixo do que fora fixado. Quase a metade dessas despesas planejadas não ocorreram. Os investimentos realizados em 1998 atingiram R\$ 238 milhões, contra um valor fixado de R\$ 519,7 milhões. Para o 1999, a despesa com investimentos está fixada em R\$ 490 milhões. Como a prestação de contas de 1998 e o orçamento de 1999 não vêm com um quadro de especificação dos investimentos (como ocorre com a proposta orçamentária de 2000), não podemos fazer uma análise comparativa de quais investimentos estão sendo realizados e quais estão sendo esquecidos nesses exercícios. Mas, como se pode ver, para 2000 foi fixada uma despesa com investimentos um pouco menor que a de 1999, o que nos leva a entender que, para a Prefeitura, diminuiu a necessidade de investimentos na cidade. Mas esta conclusão pode estar um pouco equivocada, pois é provável que, tanto em 1999 quanto em 2000, os valores fixados não sejam completamente realizados, a exemplo do que ocorreu em 1998. O cidadão que observar apenas a despesa fixada para 1998 pode imaginar que, naquele ano, os gastos com investimentos foram muito maiores do que os dos anos subsequentes, mas a prestação de contas mostra que apenas 45% dos investimentos planejados foram, de fato, executados.

As despesas com investimentos em 2000 estão fixadas em R\$ 464,4 milhões. Destacam-se o ProapRio/Bid, que tem como objetivo criar assentamentos populares através de convênio com o Banco Mundial (R\$ 85,5 milhões), o Rio Cidade II/Projeto Riomar (R\$ 59 milhões), o Favela Bairro e o Programa Bairrinho (R\$ 52 milhões) e os investimentos com pavimentação, drenagem, urbanização e saneamento (R\$ 48 milhões).

As despesas com pessoal estão fixadas em R\$ 2,2 bilhões, que correspondem a 48% das despesas totais e a 56% das despesas correntes. Trata-se da despesa individualmente mais relevante. Em 1998, ela ficou em R\$ 1,8 bilhão e em 1999 foi fixada em R\$ 2,1 bilhões (50% e 43%, respectivamente, em relação às despesas totais de cada ano). A proposta orçamentária de 2000 mostra que o órgão que mais gasta com pessoal é a Secretaria de Educação (R\$ 497 milhões). Em segundo lugar aparece a Secretaria de Saúde (R\$ 236,7 milhões).

A experiência mostra que, ao consultar os planejamentos anuais de gastos da Prefeitura, o cidadão não tem um quadro claro do que vai efetivamente ocorrer. As prestações de contas dos exercícios anteriores é fundamental se se quiser entender a dinâmica do orçamento, pois só elas permitem fazer um balanço efetivo de quanto o município arrecadou e gastou. Planejar um dispêndio de recursos muito elevado em relação ao que será realizado não parece ser uma boa conduta orçamentária.

LIMITES DE GASTOS DO MUNICÍPIO COM O PODER LEGISLATIVO

De acordo com a matéria publicada no *Jornal do Brasil* no mês de outubro, será votada uma emenda legislativa à Constituição, estipulando que os gastos do município com o Poder Legislativo não poderão ultrapassar 5% do somatório das receitas tributárias e das transferências previstas nos artigos 153 (§ 5º), 158 e 159 da Constituição Federal. Além disso, o gasto do Poder Legislativo com pessoal não poderá exceder 70% de sua receita.

A previsão de gastos com o Poder Legislativo para 2000 é de R\$ 170 milhões, o que equivale a 6% do somatório acima citado, ultrapassando o percentual estipulado (5%). Desse total, R\$ 131 milhões são gastos específicos com a Câmara Municipal e R\$ 38 milhões com o Tribunal de Contas. Como a emenda não cita os Tribunais de Contas, que só existem nos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, pode ser que seus gastos não estejam incluídos nesses cálculos. Se isso ocorrer, o gasto com o Poder Legislativo passará a ser de 4,6%, condizente com o limite.

Já a previsão de gastos da Câmara Municipal com pessoal é de R\$ 103 milhões, o que significa um percentual de 79% de seu gasto total, ultrapassando assim o limite de 70%. Esses gastos incluem vinte assessores com cargos comissionados para cada um dos 42 vereadores. Fazendo uma simulação e reduzindo à metade a quantidade de assessores (cortando os de menor remuneração), os gastos com pessoal passariam a ser de R\$ 93 milhões. O percentual dos gastos com pessoal nessa "nova" situação seria de 71%, quase atingindo o percentual do futuro limite constitucional.

Poder Legislativo	Total	Pessoal	%
Câmara Municipal	131.087.806	103.190.853	79%
Tribunal de Contas	38.644.234	36.085.000	93%
TOTAL	169.732.040	139.275.853	82%

FÓRUM ENVIA PROPOSTA AO ORÇAMENTO 2000

O Fórum Popular do Orçamento enviou à Câmara Municipal uma proposta de emenda legislativa ao orçamento de 2000, adotada por um grupo de vereadores. A proposta restringe a margem de remanejamento do prefeito de 25% para 10% do orçamento, como consta no artigo 8º. Além disso, retira os incisos I e IV do artigo 9º, referentes às despesas de pessoal e de educação e saúde, respectivamente. O prefeito, com a margem de 10%, estará apto a remanejar até R\$ 463,9 milhões sem precisar pedir permissão à Câmara Municipal, e sem contar as exceções do artigo 9º. O inciso I do artigo 9º distorce a própria lei orçamentária, pois, apenas com pessoal, a Prefeitura gasta cerca da metade do orçamento total. Além disso, as despesas de pessoal são passíveis de planejamento e previsão. Questões como educação e saúde, muito importantes para toda a população, devem ser planejadas com seriedade e cuidado. Qualquer alteração em suas dotações deve exigir a abertura de crédito suplementar, aprovado pela Câmara.

Para o Fórum Popular do Orçamento, o ideal seria um orçamento planejado de forma eficaz, chegando ao ponto de não haver necessidade de o prefeito remanejar dotação alguma dos programas de trabalho. A abertura de créditos suplementares às vezes é necessária, pois nunca se pode prever completamente o que ocorrerá. Mas o remanejamento sem consulta à Câmara só é necessário em governos que não têm responsabilidade e seriedade com a população.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do *Fórum Popular do Orçamento* acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org • Home page: <http://www.economistas.com.br>

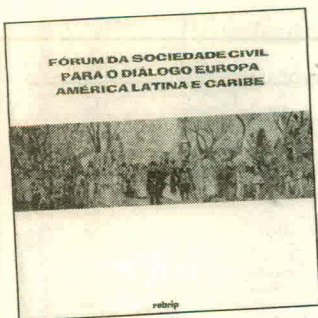
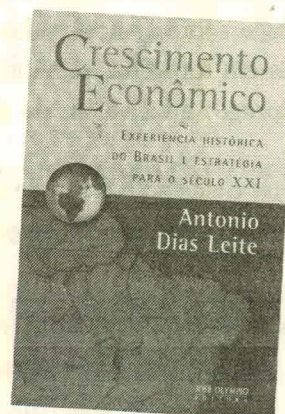
A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Louise Viana, Mirelli Malaguti e Fernanda Ricardo.

ABRE ASPAS



A TEORIA DA (INTER)DEPENDÊNCIA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, de Roberta Traspadini. Editora Topbooks. A autora analisa a obra acadêmica do atual presidente da República, tentando demonstrar que, ao contrário do que se pensa, ela é coerente com as ações de seu governo. A inserção subordinada da economia brasileira no sistema internacional, que bloqueia nossa capacidade de desenvolvimento, já estaria presente na visão teórica do sociólogo, comprometida com uma relação de interdependência que, na prática, segundo a autora, antecipa a relação de subordinação hoje posta em prática. Contato com a editora pelo telefone (21) 233-8718; E-mail: topbooks@unikey.com.br.

CRESCIMENTO ECONÔMICO: EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DO BRASIL E ESTRATÉGIA PARA O SÉCULO XXI, de Antônio Dias Leite. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999. O livro enfatiza a necessidade, a possibilidade e as dificuldades da formulação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o início do século XXI e a importância de se estabelecer um processo e uma organização para levar a bom termo essa tarefa. A análise é centrada na dificuldade de conciliar os objetivos de manter a estabilidade monetária e, ao mesmo tempo, retomar um forte ritmo de crescimento econômico. Baseia-se na convicção da originalidade do Brasil, que requer soluções próprias, e aponta para o risco da adoção de soluções importadas dos países ricos. O texto se completa com o reconhecimento do sucesso inicial da estabilização monetária interna e o subsequente impasse do Plano Real, que não propiciou condições para uma retomada do crescimento e agravou a fragilidade externa da economia brasileira. Contato com a editora: telefone (21) 509-6939; fax (21) 242-0802; E-mail, joeditor@unisys.com.br.



FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DIÁLOGO EUROPA, AMÉRICA LATINA E CARIBE, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Coordenação: Fátima V. Mello e Sérgio Schlesinger. Apoio: Fundação Heinrich Boll. O Fórum foi uma iniciativa que buscou envolver a sociedade civil nos debates da Cimeira de chefes de Estado, realizada recentemente no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, tendo sido realizado paralelamente à reunião oficial, chamou a atenção para o fato de que os governos de nossa região vêm conduzindo tais processos de maneira dissociada das sociedades, cujos legítimos interesses deveriam representar. Nessa publicação estão sintetizados os principais momentos das exposições e debates. O objetivo é proporcionar a um público mais amplo uma visão do conteúdo do encontro, difundindo as idéias ali apresentadas e ampliando o debate e a participação. Maiores informações: E-mail, rebrip@rits.org.br; home-page, http://www.rebrip.rits.org.br.

AVALIAÇÃO DE EMPRESAS: CALCULANDO E GERENCIANDO O VALOR DAS EMPRESAS, de Tom Copeland, Tim Koller e Jack Murrin. O livro descreve o processo de cálculo dos valores das empresas e explica as diferenças entre práticas de avaliação e práticas contábeis nos Estados Unidos e em outros países. Ilustra como maximizar o valor para o acionista, demonstra como a gestão com base no valor contribui para melhorar o desenvolvimento de estratégias e mostra aos gestores de todos os níveis, em quaisquer empresas, como "criar valor" para seus negócios. A edição brasileira, da Makron Books, inclui um aprofundamento sobre as técnicas de avaliação de opções reais e sobre os desafios de avaliação nos chamados "mercados emergentes". Maiores informações pelo telefone (21) 205-1616, o fax (21) 557-9593 ou a homepage www.makron.com.br.



MAXIMIZANDO O LUCRO FINAL: ALTO DESEMPENHO EM TODAS AS LINHAS DO "LUCROS E PERDAS", de C. J. McNair. O livro, também lançado pela Makron Books, pretende identificar as causas de desperdício e ineficiência nas empresas, discutindo como melhorar a o desempenho e os resultados finais. Análises práticas abordam temas como a criação de controles para reduzir o desperdício, a análise de custos, a utilização de ativos para potencializar o lucro e o verdadeiro valor da terceirização. A obra tenta proporcionar aos administradores uma visão de como usar os recursos decisivos da empresa.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

Maximilien de Robespierre
DISCURSOS E
RELATÓRIOS
NA CONVENÇÃO



Discursos e Relatórios na Convenção
204 páginas
Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.
Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.
Reinhart Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.
Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

História trágico-marítima - 540 p.
Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

O manifesto comunista - 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

- LANÇAMENTO

Corecon lança CD-Rom dos Congressos

Foi grande a expectativa dos que compraram o CD-Rom durante os Congressos realizados em setembro de 1999 no Hotel Glória: o XIII Congresso Brasileiro de Economistas e o VII Congresso de Economistas da América Latina e do Caribe. O Corecon já iniciou o envio.

O CD-Rom apresenta um panorama geral de todas as atividades dos Congressos, que reuniram grande número de estudantes, economistas e personalidades do Brasil e exterior, além de representantes de instituições de ensino, organismos governamentais e ONGs.

O CD-Rom apresenta uma análise profunda do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe e uma reflexão sobre os desafios e soluções para os problemas do século XXI. É o resultado do excelente intercâmbio alcançado entre os participantes, que trouxeram consigo uma bagagem expressiva de conhecimentos e experiências, contribuindo para conscientizar a sociedade sobre as aceleradas transformações ocorridas neste final de século.

O CD-Rom traz as palestras proferidas em torno das temáticas centrais dos Congressos (história, questões do desenvolvimento, inserção internacional, emprego, etc.), além de grande número de trabalhos selecionados pelo comitê científico.

Alcançamos assim o objetivo de ampliar o acesso à troca de experiências proporcionada pelo evento. A um custo acessível, está finalmente disponível um importante instrumento de trabalho, pesquisa, informação e conscientização da realidade socioeconômica da América Latina.



O CD-Rom dos Congressos está disponível para venda na Biblioteca do Corecon/RJ, com Esther, no horário de 13:00h às 17:00h, através do telefone (21) 232-8178.

Preço: R\$ 7,00 • Despesas de correio: R\$ 1,50

COMUNICAÇÃO IMPORTANTE**ATENÇÃO ECONOMISTAS!**

Prezados Economistas,

Desde 1997, mesmo com alguma dificuldade, vimos mantendo congelado em R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais), o valor da ANUIDADE DO CORECON/RJ. Para o exercício de 2000, entretanto, com base na meta inflacionária fixada pelo governo federal e a deliberação da 523ª sessão plenária do Conselho Federal de Economia, estamos reajustando em 8% (oito por cento) o valor da anuidade. Além disto, com base em decisão tomada na mesma plenária, e com o objetivo de uniformizar a política de descontos praticados no Sistema Corecon, fixamos em 25% (vinte e cinco por cento) os descontos para os pagamentos efetuados durante o mês de janeiro e em 12,5% (doze e meio por cento) os descontos para os pagamentos efetuados durante o mês de fevereiro. Em contrapartida, na medida em que temos consciência da delicada situação financeira vivida pela categoria, principalmente no caso dos assalariados, estamos introduzindo a possibilidade do pagamento em 03 (três) parcelas, para aqueles economistas que venham a optar pela quitação de suas anuidades em março de 2000.

DESEJAMOS A TODOS UM FELIZ ANO-NOVO!

JORNAL DOS ECONOMISTAS
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 21.01.2000